

---

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

**MARINA SILVA**

## **Em legítima defesa**

INICIO MINHA participação neste espaço com enorme sentido de responsabilidade. Tenho a oportunidade diferenciada de usar um dos bens culturais mais preciosos: a exposição de idéias, base para o diálogo. Gostaria de compartilhá-la com os leitores e de, juntos, pensarmos o Brasil e reunirmos forças para ajudar a transformá-lo. Para começo de conversa, trato de um entrave para o crescimento do país: a postura ambígua do Estado frente ao nosso incomparável patrimônio natural.

O Estado brasileiro criou medidas de proteção ambiental, muitas vezes em situações difíceis. Esse acúmulo alcança hoje limiar estratégico de inserção da variável ambiental no coração do processo de desenvolvimento. A sociedade entende esse momento, apóia, demanda. Diante disso, o Estado não pode se encolher diante do ponto a que ele mesmo chegou.

Movimentos retrógrados, saudosistas do tempo da terra sem lei, fazem pressões e recebem acenos de possíveis flexibilizações. Mas a sociedade bloqueia e restringe esses acordos. A Amazônia é o maior exemplo. A opinião pública mantém o debate, banca o combate ao desmatamento, dá suporte para a manutenção da lei do licenciamento e para a não-flexibilização da legislação ambiental.

O certo é que o Estado, em todos os seus níveis, não consegue utilizar o grande capital político de que dispõe para acompanhar o pique da sociedade. Ela cresceu, passou a perceber seus problemas de maneira mais complexa. O Estado cresceu, mas não amadureceu.

Há agora uma discussão importante que resume tudo: é preciso dinheiro para implementar as medidas e normas criadas, porém a relatoria ambiental do Orçamento que está sendo discutido no Congresso foi entregue à bancada ruralista, cuja oposição às medidas de combate ao desmatamento é conhecida. Talvez tenha havido uma negociação para assegurar aos aliados a relatoria das agendas de aceleração do crescimento. E o meio ambiente parece não ter tido a mesma prioridade.

Boa parte do Estado ainda vê na política ambiental um mal necessário. Fala-se em compatibilizar desenvolvimento e meio ambiente, como se fossem adversários a serem

conciliados. O Brasil não tem que compatibilizar, tem que buscar um crescimento econômico cuja concepção já contenha a conservação ambiental. Que não veja as áreas preservadas como partes "retiradas da produção" e, sim, como imprescindíveis à produção equilibrada e com alguma noção de bem público. Isso é possível? Se não for, para um país que ainda tem 60% do seu território com florestas, então é mesmo hora de aumentamos, em legítima defesa, nosso estado de alerta.

[contatomarinasilva@uol.com.br](mailto:contatomarinasilva@uol.com.br)

---

MARINA SILVA escreve nesta coluna às segundas-feiras.

FOLHA DE S.PAULO **Opinião**

São Paulo, segunda-feira, 16 de junho de 2008

---

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

**MARINA SILVA**

## **Militantes da civilização**

NA SEMANA PASSADA o Congresso brasileiro recebeu dois grandes homens: um bengalês e um indiano, ambos cidadãos do mundo. Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz de 2006, criador do Banco da Aldeia, que deu aos pobres microcrédito e oportunidade de gerar emprego e renda. Rajendra Pachauri, Nobel da Paz em 2007 como chefe do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que demonstrou a gravidade do aquecimento global e a urgência de medidas para controlar seus efeitos. É paradoxal a singeleza com que trazem uma pororoca de desafios que a humanidade não pode banalizar nem deles fugir. Ao lado de seus temas específicos -pobreza e mudanças climáticas-, Yunus e Pachauri são portadores do grande tema oculto de nosso tempo: a coragem, tanto para mudar quanto para manter o que tem que ser mantido. A sociedade de consumo, amplamente vitoriosa, nos impõe uma derrota acachapante: o fatalismo, a crença de que o mundo é assim mesmo, atracado a um conceito de civilização assustador, cuja medida de avanço é o aumento da capacidade de consumir. Quanto trabalho humano e quanto em recursos naturais e energia são gastos para multiplicar consumo perdulário?

Não fosse nosso insustentável desejo de ter, essa força monumental poderia ser redirecionada para dar habitação digna, saúde, alimentação, educação e meio ambiente

equilibrado para todos.

Fatalismo pode ser explicação plausível para tanta inércia diante do que podemos chamar de Consenso dos Insensatos, o conluio de poderes para colocar interesses pequenos sempre à frente quando se trata de combater os impactos da máquina de produzir "civilização" descartável, risco ambiental e exclusão social.

Yunus e Pachauri são pessoas simples, discretas. Ambos se dedicam a levar o extraordinário para o dia-a-dia. Lembram que há espaço para a contribuição de todos, de onde saem as grandes mudanças.

Mostram a conexão inexorável dessa nossa encruzilhada civilizatória: não há soluções isoladas. Os instrumentos são econômicos, tecnológicos, sociais, mas eles serão inócuos sem um redirecionamento de processos e de demandas. Isso implica decisões pessoais e coletivas, culturais e espirituais, éticas e até estéticas. O caminho que leva ao abismo nos dá sinalizações para a volta. Há que fazer escolhas.

Hoje, para quem quiser se engajar, não é mais possível ser só ambientalista, ou só militante de causas sociais, políticas, culturais. É preciso se engajar em tudo, ser militante da civilização.

[contatomarinasilva@uol.com.br](mailto:contatomarinasilva@uol.com.br)

---

MARINA SILVA escreve nesta coluna às segundas-feiras.